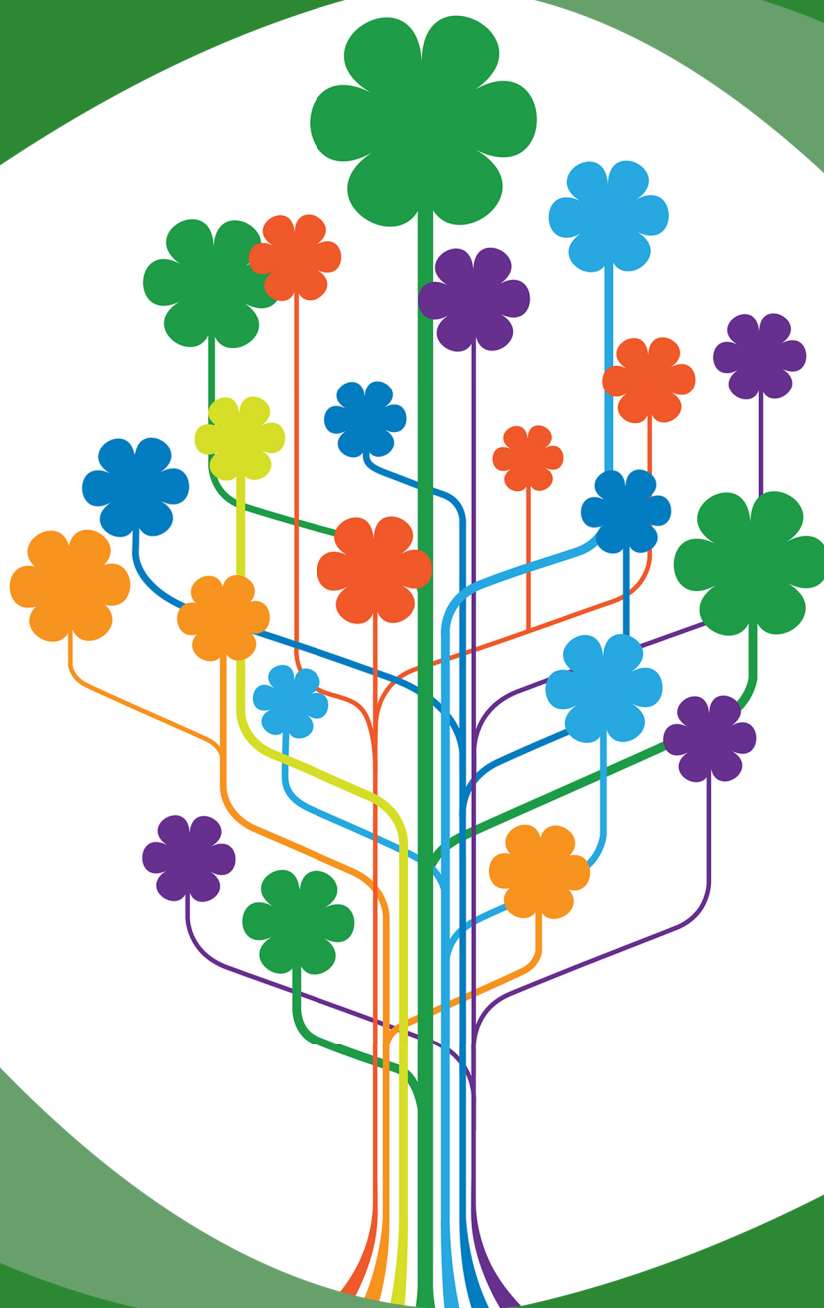


Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 3

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:
Caminhos para a Inclusão 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : caminhos para a inclusão 3 / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Caminhos para a Inclusão; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-725-3 DOI 10.22533/at.ed.253191710 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Entender o que é a Educação Especial e como ela é fundamental para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para mudar os rumos da educação como um todo, visto que a Educação Especial é uma realidade nas mais diversas escolas.

Frente a esse desafio, colocado aos docentes que atuam em todos os níveis e à toda a comunidade escolar, o e-book intitulado “Políticas Públicas na Educação Brasileira: caminhos para a inclusão - 2” traz contribuições para leitores que se interessem por conhecer alternativas, experiências e relatos de quem se dedica ao estudo do tema.

Esta obra se organiza em 4 eixos: *inclusão e educação especial, educação especial e legislação, estudos culturais e inclusão social e o uso da tecnologia para educação especial.*

O primeiro eixo aborda estudos sobre os desafios e reflexões onde Educação Especial perpassa enquanto uma modalidade de ensino; e apresenta artigos que envolvem estudos sobre pessoas com surdez, superdotação ou altas habilidades e deficiência visual, além de artigos sobre o ensino na Educação Básica, Ensino Superior e gestão e inclusão.

No segundo eixo, os textos versam sobre a análise de alguns documentos oficiais acerca da Educação Especial e seus reflexos no cotidiano das escolas.

No terceiro, traz artigos que abordam temas sobre a educação e seu valor enquanto instrumento para a inclusão social; e por fim, aborda o uso das tecnologias na melhoria das estratégias de ensino na Educação Especial.

Certamente, a leitura e a análise desses trabalhos possibilitam o conhecimento de diferentes caminhos percorridos na Educação Especial, e favorecem a ideia de que é possível ter uma educação diferenciada e de qualidade para todos.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

II. EDUCAÇÃO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO (PNE)

CAPÍTULO 1 1

A ESTIMULAÇÃO PRECOCE E AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (2014-2024)

Julianna Mendes de Matos Souza
Lícia Cristine Marinho França
Silvana Carolina Furstenau dos Santos
Diego Soares Souza

DOI 10.22533/at.ed.2531917101

CAPÍTULO 2 13

AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ana Carolina Leite Neves
Helena Carvalho Guimarães
Marcelo Marques de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.2531917102

CAPÍTULO 3 25

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) – DO LEGAL À MATERIALIZAÇÃO

Marlon César Silva
Maria Célia Borges

DOI 10.22533/at.ed.2531917103

III. ESTUDOS CULTURAIS E INCLUSÃO SOCIAL

CAPÍTULO 4 40

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL – O PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC-SÃO MIGUEL DO OESTE

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Marizete Bortolanza Spessatto
Jacinta Lucia Rizzi Marcom
Idianes Teresa Mascarelo
Solange Janete Finger

DOI 10.22533/at.ed.2531917104

CAPÍTULO 5 54

A IDENTIDADE DA MULHER SURDA: AS RELAÇÕES DE PODER E AS PRÁTICAS SOCIAIS DISCURSIVAS REPRESENTADAS ATRAVÉS DA LITERATURA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

DOI 10.22533/at.ed.2531917105

CAPÍTULO 6 67

INCLUSÃO DE SUJEITOS DEFICIENTES, UMA REFLEXÃO A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA POLÍTICA DE MAX

Diná Freire Cutrim

DOI 10.22533/at.ed.2531917106

CAPÍTULO 7 77

INCLUSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, COM APOIO DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

[Roberta Betania Ferreira Squaiella](#)

[Roberto Righi](#)

[Maria Victoria Marchelli](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917107

CAPÍTULO 8 89

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2013 A 2018

[Flavia Alves Santos](#)

[Gisele Machado da Silva Carita](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917108

CAPÍTULO 9 101

TESSITURAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

[Emílio Rodrigues Júnior](#)

[Janaina Santana da Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917109

CAPÍTULO 10 113

PEDAGOGIA HOSPITALAR: O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO-EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

[Raquel Matos Lameira Miranda](#)

[Alexandre Augusto Cals e Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171010

CAPÍTULO 11 127

CONTRIBUIÇÃO DA MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES COGNITIVAS EM PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL

[Glauce Virginia Motta Regis](#)

[Dayse Aparecida dos Santos Azevedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171011

IV. USO DA TECNOLOGIA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

CAPÍTULO 12 132

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO

[Leida Raasch](#)

[Wenderson Mação Pereira](#)

[Lara Regina Cassani Lacerda](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171012

CAPÍTULO 13	144
A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A APRENDIZAGEM CIENTÍFICA DOS SURDOS NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
Daniela Copetti Santos Maiara Ilisa Fauth Juliane Ditz Knob Fabiani Machado Larissa Lunardi Juliane Oberoffer Santos da Rosa Josiane Fiss Lopes Cátia Roberta de Souza Schernn	
DOI 10.22533/at.ed.25319171013	
CAPÍTULO 14	154
A RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias Priscila Cristina da Silva Maciel Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.25319171014	
CAPÍTULO 15	162
CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E PRÁTICA BILÍNGUE: ALTERNATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE CALORIMETRIA PARA SURDOS	
Mauritânia Lino de Oliveira Ramon Corrêa Mota Arilson Lehmkuhl	
DOI 10.22533/at.ed.25319171015	
CAPÍTULO 16	171
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM ATAXIA ESPINOCEREBELAR NA ESCOLA	
Larisse Junqueira Mendes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.25319171016	
CAPÍTULO 17	179
CURSO OPERADOR LINUX ACESSÍVEL EM LIBRAS	
Ronnaro dos Santos Jardim Alex Santos de Oliveira Airton de Lucena Araújo Maíra Vasconcelos da Silva Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.25319171017	
CAPÍTULO 18	188
A ESCOLARIDADE COMO FATOR INFLUENCIADOR DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DE AGENTES AMBIENTAIS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS AGENTES AMBIENTAIS	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.25319171018	
SOBRE A ORGANIZADORA	198
ÍNDICE REMISSIVO	199

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL – O PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC-SÃO MIGUEL DO OESTE

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Mestranda em Educação pelo IFSC – PROFEPT,
Florianópolis, SC.

Marizete Bortolanza Spessatto

Professora Pós Doutora do Mestrado em
Educação pelo IFSC – CERFEAD, Florianópolis -
SC.

Jacinta Lucia Rizzi Marcom

Mestranda em Educação pela UNOCHAPECÓ,
Chapecó – SC.

Idianes Teresa Mascarelo

Mestre em Educação pela Universidade de Passo
Fundo – RS.

Solange Janete Finger

Mestranda em Educação pelo IFSC – PROFEPT,
Florianópolis -SC.

RESUMO: Apresenta-se um estudo de um programa exitoso na área de educação abordando a perspectiva de gênero. O Mulheres Sim, do Instituto Federal de Santa Catarina busca a inclusão de mulheres em vulnerabilidade social. Neste trabalho, são analisados os resultados das ofertas de cursos do *campus* São Miguel do Oeste em 2017 e 2018, voltadas às mulheres agricultoras e usuárias do CRASS, e imigrantes haitianas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Sim. Políticas Públicas. Educação.

EDUCATION AS A TOOL FOR SOCIAL INCLUSION OF WOMEN IN SOCIAL VULNERABILITY - IFSC WOMEN'S SIM PROGRAM - SÃO MIGUEL DO OESTE

ABSTRACT: We present a study of a successful program in the area of education addressing the gender perspective. The Yes Women of the Federal Institute of Santa Catarina seeks the inclusion of women in social vulnerability. In this work, the results of the courses offered at the São Miguel do Oeste campus in 2017 and 2018 are analyzed, focusing on women farmers, Brazilian users of CRASS and Haitian immigrants.

KEYWORDS: Women Yes. Public policies. Education.

INTRODUÇÃO

A história do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) começou em 1910, quando foi implantada a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. A instituição era voltada à educação dos filhos de trabalhadores. Dentre as mudanças que se seguiram na instituição, ao longo desses mais de cem anos, apenas em 1950 a escola os Liceus Industriais passaram a denominarem-

se Escolas Industriais – nasce a Escola Industrial de Florianópolis. Passou a aceitar mulheres como alunas. Amélia dos Reis Ouriques, foi a primeira aluna mulher matriculada na instituição no curso de alfaiataria, e passou a frequentar o curso junto com 24 rapazes.

Nos anos que seguiram, mais mulheres passaram a frequentar os cursos com disciplinas direcionadas, especificamente, ao público feminino como Educação para o Lar, Puericultura, Arte Culinária, Noções de Enfermagem, Costura e Artes Aplicadas no 1º e no 2º ano do ginásio industrial (IFSC, 2018). As disciplinas escolares voltadas às mulheres demonstram a cultura de submissão da mulher ao lar, os cursos visavam o cuidado com o lar, os filhos, o marido e o magistério. Enquanto os homens seguiam carreiras de engenheiros, de administradores e para a política. (PRIORE, 2012 p.450).

Contudo, nesse período emergia o movimento feminista, tendo como principais ativistas Rosa Luxembourg, Simone de Beauvoir e Emma Goldman. A luta se fortaleceu, segundo Brant (2002), motivada pela consciência das mulheres de que a independência era a saída para fazer-se respeitar e viver em igualdade de condições com os homens. Pode-se destacar que as lutas e bandeiras do movimento feminista foram decisivas para articular caminhos para a igualdade de gênero. Contudo, a pobreza ainda é um fator que torna a mulher mais fragilizada, visto que elas são a maioria nas atividades mais precarizadas de trabalho (CARVALHO, 2018). A pobreza contribui para a marginalização das mulheres, empurrando-as para as atividades informais, instáveis, e sem a garantia de seguros e direitos trabalhistas. Carvalho (2018) diz que quando as famílias são chefiadas por mulheres, muitas vezes, elas são expostas às vagas de trabalho informais e precarizados, para atender minimamente às necessidades básicas para a alimentação dos filhos.

Entre as mudanças ocorridas ao longo da história do IFSC, em 2002 a escola foi transformada em Centro federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC). Com a mudança, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu. Com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi implantado o institutos federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFSC) com o objetivo de interiorização da educação federal profissionalizante. Um desses foi o IFSC - campus de São Miguel do Oeste inaugurado em 2010. Já em 2011 passou a ofertar o primeiro curso voltado ao público feminino em vulnerabilidade social, através do Programa Mulheres Mil, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica ligada ao MEC, um programa que se espalhou pelos IF's e foi resultado de uma experiência exitosa desenvolvida no IFRN, Instituto Federal do Rio Grande do Norte com o apoio dos *colleges canadenses*.

O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das

regiões. (BRASIL, 2018).

De acordo com os princípios norteadores do IFSC, definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019 (IFSC, 2017), o Mulheres Mil e na sequência o Mulheres Sim se caracterizam como um programa de acesso à educação que busca a valorização da mulher através do empoderamento feminino e do acesso aos direitos básicos de cidadania. “O programa é destinado a mulheres que possuem mais de 15 anos, e encontram-se em vulnerabilidade social, preferencialmente sem ou com baixa escolaridade” (IFSC, 2016b).

A baixa escolaridade das mulheres que, até 2014, eram atendidas pela instituição via programa Mulheres Mil, foi um dos motivadores de implementação da proposta do Mulheres Sim. Michels (2017) explica que, quando o Mulheres Mil foi incorporado à Bolsa Formação/PRONATEC, os cursos ofertados por ele passaram a exigir escolaridade mínima, quesito com o qual não contavam muitas das alunas do Mulheres Mil, estas ficaram à margem do programa. O Programa Mulheres SIM busca por meio da educação profissional a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, ou seja, o empoderamento feminino.

Conforme (GOHN, 2004) utiliza-se o empoderamento como prática pedagógica, quando se tem a intenção de desenvolver a consciência crítica dos indivíduos contribuindo para a promoção da liberdade e da participação na sociedade, fundamentais no desenvolvimento de projetos que envolvem empoderamento, pois geram processos de desenvolvimento autossustentáveis. Para (ZORZI, 2008) com o processo de empoderamento há transformação nas relações sociais dessas mulheres e isso auxilia nos processos de luta pela afirmação de direitos e na pretensão de superar as desigualdades entre mulheres e homens e suas implicações em áreas como a social, econômica, pessoal e política. O programa Mulheres Sim mantém estreito alinhamento com o quinto dos objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco: Igualdade de gênero. Para se obter este objetivo se faz necessário modificar as relações de gênero, e a educação é uma das ferramentas para a transformação social (FREIRE, 2018).

Nos mesmos moldes do curso mulheres Mil, em 2014 o IFSC passou a ofertar o programa Mulheres Sim, com recursos da fonte da assistência estudantil e organização de editais pela PROEX, para atender as mulheres que não eram atendidas pelo PRONATEC pela barreira da falta de escolaridade. O IFSC – SMO ofertou o programa em 2014, 2015, 2017 e 2018.

O Programa Mulheres SIM em 2017 e 2018 foi proposto com 4 projetos: 1) Projeto de curso de extensão (96hs, a ser escolhido pelo câmpus): Educação e Gênero ou Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino; 2) Projeto Feira de Economia Solidária (8h ou mais); 3) Ciclo de Palestras e Oficinas (12 horas ou mais); e 4) Acompanhamento de Egressas.

O delineamento desta pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizada através de dados coletados em questionários realizados que serviram como método de avaliação do programa, nas turmas de 2017 e 2018 assim como análise documental dos PPC's dos cursos, Leis, literatura sobre a temática e a observação participativa.

Mulheres SIM: Promoção de inclusão educacional, econômica, social e cultural de mulheres em vulnerabilidade, 2017

Em 04 de maio de 2017, o IFSC publicou o edital de seleção de projetos PROEX – N° 07/2017 Programa Mulheres Sim, que visava inicialmente contemplar doze projetos entre todos os câmpus, divididos em duas linhas de extensão: 1) Curso educação e gênero; e 2) Curso geração de renda, tecnologia e valorização do trabalho feminino. A oferta dos cursos foi de até cinco meses com o término em dezembro de 2017. Contudo, em 23 de junho de 2017, foi publicado o edital de inscrição para somente dez projetos, dentre eles o curso selecionado de São Miguel do Oeste na linha de extensão 2.

As inscrições foram gratuitas e realizadas manualmente no *campus* no período entre 23 de junho e 07 de julho de 2017, e as matrículas entre 12 a 14 de julho de 2017. Durante o período de inscrição, somente 27 vagas foram preenchidas. Assim, na sequência, foi aberto mais um período de duas semanas para inscrições para vagas remanescentes que matriculou e preencheu as trinta vagas. As aulas duraram entre 01/08/2017 a 01/11/2017.

Atendendo à linha de extensão 2 do edital de seleção de projetos da instituição, o projeto implementado em São Miguel do Oeste teve como título “Mulheres SIM: Promoção de inclusão educacional, econômica, social e cultural de mulheres em vulnerabilidade”. O curso teve 96 horas e o pré-requisito para inscrição era apresentar a autodeclaração de situação de vulnerabilidade social. O público esperado eram mulheres residentes em comunidades rurais do município de São Miguel do Oeste - SC e dos municípios adjacentes. Não houve desistência nem evasão, as trinta alunas matriculadas concluíram o curso e fizeram formatura em 24 de dezembro de 2017.

Dentre os segmentos da população de São Miguel do Oeste que participaram da audiência pública, em 2010, para a escolha dos cursos a serem ofertados no IFSC - SMO, um dado que chamou a atenção foi a baixa escolaridade entre pequenos produtores familiares. Sessenta por cento deles possuem escolaridade inferior ao ensino médio incompleto; 32% têm ensino médio completo; 5% ensino superior incompleto. Analisando os dados entre a população rural e a população urbana do município que estava desempregada, entre a qual 17% teriam ensino médio incompleto, pode-se concluir que, caso as mulheres rurais precisassem obter renda

através do emprego formal, na cidade, seria demasiadamente difícil de conseguir se colocar no mercado de trabalho.

Giddens (1996), Singer e Souza (2000), Silva (1993) e Lisboa (2000) e dialogam sobre a economia familiar e solidária. Para eles, a forma humanística não pode priorizar a reprodução e a acumulação de capital, com a exploração ambiental humano e social. A economia solidária é a atividade de produção em rede, por meio da pequena empresa comunitária, da agricultura familiar, do trabalho doméstico, autônomo e nas cooperativas, aos poucos são superados os desafios do mercado e viabilizada sua competitividade e a manutenção da família camponesa na atividade rural, dos mínimos para a sua manutenção no campo.

Contudo, pela ausência de políticas governamentais sistemáticas para os pequenos produtores rurais, eles são forçados a negociar sua produção em mercados regulados por agentes intermediários, esse fator é diminuído quando incluídos em organizações de economia solidária, que atua numa perspectiva de reciprocidade, como reconciliação de autonomia e interdependência. A oferta teve uma peculiaridade devido à grande participação de mulheres agricultoras que se interessaram pela temática de agricultura solidária e familiar. As justificativas descritas no PPC do curso apresentam a mulher agricultora familiar que muitas vezes fica a margem, excluída da participação de projetos sociais e educacionais oferecidos pelas instituições públicas, porque essas estão instaladas e tem ofertas apenas na cidade. Relata também que, as mulheres rurais não têm sentimento de pertencimento ao grupo social indicado para os cursos, acreditando que não se enquadram nos projetos pelo fato destes ser ministrado na zona urbana e com metodologias que não contemplam seus valores e necessidades.

A oferta do IFSC-São Miguel do Oeste visou contribuir com a qualificação e enaltecimento de seus conhecimentos por meio das informações e formações definidas pelo projeto pedagógico do curso e, até mesmo, pelo convívio feminino fora de suas propriedades e comunidades rurais, contribuindo também para oportunizar o contato com outros saberes e outras relações de valores entre as mulheres urbanas e rurais. (IFSC, 2017)

O objetivo principal do projeto estava intimamente imbricado com a relação dessas mulheres para a oportunidade de qualificação, de troca de experiências, de valorização dos seus saberes e não somente dos escolares, mas os repassados de geração em geração na propriedade rural, reafirmando o reconhecimento e resgate da valorização cultural na sua concepção e integridade social e cultural.



Figura 1: Feira da economia solidária (à esquerda) e palestra sobre violência doméstica, outubro de 2018 (à direita).

Fonte: IFSC, 2018

Mulheres SIM Educação e gênero: mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural, 2018

Em outubro de 2018, teve início o “Mulheres SIM Educação e gênero: mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural”, formado por quinze mulheres haitianas e quinze brasileiras, estas últimas, usuárias do (CRAS) Centro de Referência de Assistência Social de São Miguel do Oeste. O curso foi finalizado no mês de dezembro. De acordo com o PPC do projeto do curso, justifica-se que o município de São Miguel do Oeste, como outros da região, vive uma nova realidade: a presença de muitos imigrantes haitianos que chegam em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Geralmente, os homens chegam e se instalam no município, e assim que possível trazem as esposas e filhos para residir com eles.

No itinerário formativo em sala de aula, os professores dedicam-se nas trocas de saberes interculturais com foco no conhecimento histórico-cultural, saúde da mulher e da família, ética e cidadania, linguagens, informática, desenvolvimento social e sustentável, vivência matemática e geração de renda. O tema principal foi a busca pela construção de uma interação com diversidade cultural entre brasileiras e haitianas para que haja transferência de conhecimentos e culturas entre os dois grupos, visando contemplar os temas transversais e sociais do curso Mulheres SIM, o PPC de 2018 trouxe no seu bojo disciplinas que abordassem temas contextualizados e de impacto direto no dia a dia das alunas.

Num primeiro momento, foi realizado levantamento de demanda de curso formativo para o público-alvo, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social, com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Pastoral do

Migrante de São Miguel do Oeste. As inscrições das mulheres foram divulgadas com o auxílio do CRAS e da Pastoral do Migrante que ajudaram na busca ativa das mulheres que mais se enquadram no perfil desejado. O local para os encontros do curso ocorreram ora no IFSC, quando havia a necessidade de utilizar o auditório e os laboratórios de práticas, ora no Salão Paroquial no centro da cidade, para facilitar o acesso das alunas, já que o IFSC fica localizado em um bairro distante e não há transporte público efetivo no período noturno.

Num primeiro momento, foram oferecidas várias vagas remanescentes para a formação da turma. Desde o início, a maioria das haitianas inscritas começaram e permaneceram no grupo, apenas uma desistiu. Fato que não aconteceu com as alunas brasileiras inscritas pelo CRASS, contudo, após outras chamadas foram se somando ao grupo que se constituiu em quatorze alunas haitianas e doze brasileiras. a formatura se deu no dia doze de dezembro de 2018 com dezessete formadas.

Um diferencial deste grupo de estudantes é que muitas delas levavam os filhos junto para a aula, o que dificultava o andamento das atividades principalmente nos laboratórios, assim, foi montado uma sala para que servidores atendessem essas crianças enquanto as mães estavam em sala. Foi realizado no *campus* uma campanha para receber doações de brinquedos que foram utilizados nos atendimentos e brincadeiras, ao final do curso as crianças receberam as doações. Essa foi uma iniciativa que estimulou a mães a continuarem no curso e favoreceu a integração social e cultural dos demais servidores com a cultura haitiana.



Figura 2: Aula inaugural (à esquerda) e formatura em dezembro de 2018 (à direita)

Fonte: IFSC, 2018

O conteúdo das disciplinas que foram ofertadas, conforme o PPC do curso de extensão Educação e Gênero, incluiu a abordagem interdisciplinar e desenvolvido de acordo com a condição de instrução e a problemática do público envolvido, considerando a mescla de culturas e saberes da turma de alunas.

A metodologia do curso buscou dar conta, principalmente, da permanência e êxito das alunas, do perfil das egressas e da utilização eficaz dos recursos do

projeto. As unidades curriculares são interdisciplinares e desenvolvidas de acordo com a condição de instrução e a problemática do público envolvido. O fazer pedagógico se dá por meio de atividades em sala de aula, realizadas com base em aulas expositivas-dialogadas, estudos dirigidos e apresentações, assim como visitas técnicas/pedagógicas, práticas laboratoriais, levantamento de problemas e dinâmicas de resolução para esses problemas complementam o processo.

Segundo o referido PPC, o curso objetivou motivar a autonomia e a geração de renda, envolvendo temas como: Conhecimento histórico-cultural; Saúde da mulher e da família; Ética e cidadania; Linguagens; Informática; Desenvolvimento social e sustentável; Vivência matemática; Geração de renda. Assim, a unidade curricular de Geração de renda que foi modulada em três temáticas: Artesanato, boas práticas para manipuladores de alimentos e Olericultura/Plantas medicinais.

O acolhimento das mulheres para o início das atividades aconteceu no mês de junho/2018, através da realização de uma aula inaugural, e buscou ambientá-las aos espaços educacionais do IFSC, já que a maioria estava fora das salas de aula por muito tempo. Num segundo momento, foi realizada a entrevista com todas as participantes objetivando investigar o perfil do público-alvo, bem como identificar expectativas em relação ao programa. Em seguida, foram ministradas as aulas de cada um dos eixos temáticos, das quais as estudantes participaram expondo suas produções na feira de economia solidária realizada no *campus* com a participação dos demais estudantes, servidores e a comunidade externa, bem como o ciclo de palestras.

Considerando a proposta pedagógica e social do projeto, nesse contexto de trabalho social com as mulheres em vulnerabilidade, referenda-se que, na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004 em Brasília - DF, quando se delineou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que dispõe, no eixo 5, o desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade através do investimento estatal em educação visando a igualdade e equidade de gênero, capaz de alterar os moldes tradicionais de acesso ao mercado de trabalho e acesso à renda.

A educação como ferramenta para a superação das Vulnerabilidades sociais

Os autores Abramovay (2002), Ayres (1999), Castro *et al* (2001) e Yazbek (2011) definem a vulnerabilidade social como situação em que os sujeitos não têm acesso aos recursos e habilidades suficientes e adequadas ofertados pela sociedade para ascender aos níveis de bem-estar, ou de diminuir a deterioração dos seus meios de qualidade de vida. Desta forma, vulnerabilidade social está intimamente ligada a mobilidade social, à forma como os indivíduos se movimentam nas estruturas sociais e econômicas.

O conceito de vulnerabilidade social, segundo os mesmos autores, não é linear quanto aos sujeitos ou grupos, e precisa de uma análise complexa e multifacetada, visto que os sujeitos nem sempre se percebem como em vulnerabilidade social, dada a falta de conhecimento e informação que os deixam à margem das garantias de acesso a bens e serviços públicos como educação, saúde, segurança, previdência, estratégias de prevenção. Yazbek (2011) destaca que uma definição econômica de vulnerabilidade social é insuficiente e incompleta, mas deve ser a base material para o seu enquadramento mais amplo, incluindo também outras precariedades, como a fragilização de vínculos afetivos, tanto os relacionais como os de pertencimento, decorrentes também das discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras.

A noção de vulnerabilidade social tem sido adotada para a construção de indicadores sociais mais amplos, não se restringindo à delimitação de uma determinada linha de pobreza, como pontua Yazbek (2001). Um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade ruins) [...]. São considerados como elementos relevantes no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição a situações de risco variadas (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta, etc.), precárias condições gerais de vida e outros indicadores. (YAZBEK, 2001).

Segundo a mesma autora, a noção de risco social é a probabilidade de ocorrência de um evento que cause danos, rupturas familiares, violação de direitos, entre outros, e está associada ao aumento da pobreza, das desigualdades e vulnerabilidades sociais (YAZBEK, 2001).

Resultados e discussões quanto às ofertas em análise

Verificou-se entre as mulheres agricultoras do programa ofertado em 2017, que a idade da maioria tinha entre 45 anos e 49 anos e 55 anos e 59 anos (21 % delas em cada um desses grupos); as mulheres com idade de 60 anos a 64 anos somaram 17 %, demonstrando que as mulheres agricultoras estão saindo de casa e deslocando-se até a cidade em busca de profissionalização tardiamente. (IFSC, 2017).

Dentre o grupo atendido, 73% delas precisou parar de estudar em alguma etapa da vida. Os principais motivos descritos foram a necessidade de trabalhar e a dificuldades de acesso à escola, ambas as razões apontadas por 35% delas; cuidar dos filhos ficou em terceiro lugar, com 15% das indicações. A maioria parou de estudar entre os 12 e 14 anos, idade em que geralmente os estudantes estão no ensino médio. Dentre as mulheres, 63 % são casadas e têm de dois ou três filhos, e 90 % têm casa própria. Um percentual de 63% trabalham e 41% são asseguradas pelo sistema de previdência pública, INSS. Em segundo lugar, com 35%, estão as mulheres cuja renda provém de aposentadorias e pensões. A renda individual é de um salário mínimo para 57% das alunas, enquanto a renda fica entre dois e cinco

salários mínimos para cerca de 40% delas.

A maioria das mulheres camponesas (mais de 50%) indicou já ter sofrido algum tipo de violência doméstica, física, psicológica ou moral. É preocupante o grande número de mulheres que sofreram violência. A região do extremo oeste aparece como uma das mais violentas do Brasil quando se trata de feminicídio e violência doméstica.

De 87 países, o Brasil ocupa a 7ª colocação entre as nações mais violentas para as mulheres, segundo a ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Conforme o último levantamento oficial, Santa Catarina aparece na 9ª posição entre os estados mais violentos do Brasil ao lado do Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No topo da lista estão Espírito Santo e Alagoas. (TJSC, 2017). A região da AMEOSC apresenta taxas muito elevadas de feminicídio.

Conforme CEDCA. 2018, p. 45 a região da AMEOSC, extremo oeste catarinense, é a mais violenta quando se trata de abuso sexual contra crianças e adolescentes entre zero e dezessete anos. Foram notificados 152 casos em 2016, 3,5 % o maior índice registrado no estado. A região também fica em primeiro lugar no estado como a que pratica mais violência psicológica, fruto do machismo masculino que domina os lares e torna subalternos as mulheres e crianças que vivem sob o mesmo teto.

A produção Jornalística em Multimídia, Sozinhas - Histórias de Mulheres que Sofrem Violência no Campo, produzida para o Diário Catarinense pelos Jornalistas Ângela Bastos, Felipe Carneiro, Francisco Duarte, Júlia Pitthan, Maiara Santos, Ricardo Wolffenbüttel em 2017, mostra a violência vivida pelas mulheres camponesas na região do extremo oeste, duas alunas do programa de 2017 participaram do documentário e deram seus depoimentos, onde relataram e denunciaram anos de abandono, agressões físicas, sexuais, psicológicas, cárcere privado, isolamento nas propriedades, falta de comunicação com os vizinhos, falta de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança, fruto da cultura e dominação masculina. A violência contra as mulheres do campo é considerada invisível, pela dificuldade que elas têm para procurar apoio fora da família.

A vulnerabilidade social que essas mulheres apresentaram realmente aparece muito forte na violência doméstica causada pelos maridos, os riscos de morte, traumas, perdas econômicas e de saúde física e mental são iminentes.

Para abordar este tema foi realizado aulas sobre a Lei maria da Penha e palestra com a delegada da Delegacia da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) do município.

Contudo, entende-se que as mulheres que conseguiram chegar até o IFSC e participar do Programa Mulheres Sim, já não fazem mais parte da grande maioria de mulheres rurais da região que sofrem violência principalmente de privação de seu direito à educação e a liberdade. Estas, ainda são invisíveis e não aparecem nas estatísticas pela ausência de políticas públicas que cheguem até seus lares, e que possam contribuir para a quebra geracional da violência doméstica.

Identificou-se que as mulheres haitianas participantes da oferta do Mulheres Sim em 2018, quando questionadas se já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica, apenas seis delas responderam que sim, enquanto 16 disseram nunca ter sofrido violência. Este fato é muito diferente dos relatos das mulheres rurais da turma de 2017. Em várias intervenções em sala de aula foi percebida a submissão das mulheres aos mandos dos maridos. A falta de informações pode ser um dos motivos pelos quais as mulheres não identificam as agressões, violências psicológicas e financeiras como sendo uma violência. Durante uma aula sobre a Lei Maria da Penha ministrada por uma das autoras desta pesquisa, percebeu-se que para elas muitos dos conceitos e definições constantes na Lei são desconhecidos, e inclusive consideram contraditórios à cultura haitiana, assim como, são estranhas a forma de conviver dentro de casa, em que o marido é a autoridade e mantenedor do lar, enquanto a mulher é sua colaboradora.

O curso em análise, desenvolvido no segundo semestre de 2018, ofertou 30 vagas. Dessas, apenas 26 foram preenchidas. Quanto à seleção das mulheres participantes, envolveu os seguintes perfis: haitianas; haitianas que já haviam passado por formação no IFSC, no curso de Língua e Cultura Brasileira para estrangeiros e brasileiras usuárias do CRASS. Essa heterogeneidade mostrou-se fundamental para assegurar a integração das mulheres haitianas. Para garantir a compreensão das propostas metodológicas e dos conteúdos em discussão, os docentes organizaram “técnicas diferentes de formação de grupo” (GUGELMIM; BÜTTNER, 2018, p. 2).

Quanto ao perfil da turma, esta foi constituída por maioria de mulheres na faixa etária de 15 a 34 anos (73%), com escolarização ensino fundamental incompleto (40%) e com renda familiar entre um e dois salários mínimos (52%). Em relação à permanência e êxito, das 26 ingressantes, 17 concluíram o curso, caracterizando 65% de permanência (IFSC, 2018). Entre as 35% desistentes, uma era haitiana e analfabeta e as outras 10 eram brasileiras (GUGELMIM; BÜTTNER, 2018).

Quanto às motivações para frequentar o curso, as mulheres brasileiras destacaram o desejo de retomar os estudos, depois de interrupções ao longo da vida (39% delas afirmaram ter abandonado os estudos pelo menos uma vez, por não conseguir conciliá-los com o trabalho IFSC, 2018); enquanto as haitianas apontaram o desejo de conseguir um emprego, condição nem sempre alcançada pela dificuldade de comprovar a escolarização cursada no Haiti e ao preconceito dos brasileiros para com os imigrantes (GUGELMIM; BÜTTNER, 2018).

Os dos programas tiveram mulheres de localidades, experiências vividas, rotinas, situação econômica e expectativas de vida bem diferentes. Enquanto na turma de 2017 a grande maioria das agricultoras estavam empregadas, tinham uma renda econômica individual e familiar estável e confortável com casa própria, tinham idades mais avançadas; na sua maioria sofreram violências sentem-se abandonadas. As mulheres do programa de 2018 apresentaram alto índice de desemprego, a maioria diz nunca ter sofrido violência, não tem renda individual e depende financeiramente

do marido, e residem de aluguel.

Os dados coincidem quando verificada a baixa escolaridade das alunas nas duas turmas. Barroso (2004) assevera que em todas as partes do planeta o empoderamento das mulheres está associado com níveis mais elevados de escolaridade. Mulheres com maiores níveis de educação normalmente apresentam maior capacidade de melhorar sua qualidade de vida e de suas respectivas famílias. Esta importância da educação no empoderamento das mulheres pode ser verificada de várias formas: como na autonomia em decisões pessoais, no aumento da capacidade de gerar renda, além da maior participação na vida política.

Os riscos e vulnerabilidades sociais são diferentes, as mulheres do campo, invisíveis pela distância entre sua residência e as entidades de suporte a apoio como educação, saúde e segurança pública, estão sujeitas ao machismo e a violência doméstica. Enquanto as mulheres do curso de 2018, mulheres usuárias do CRAS e imigrantes haitianas, sofrem com a pobreza extrema, vivem nas periferias da cidade, não conseguem emprego e renda pela baixíssima escolaridade, pela discriminação de cor e a barreira linguística. As haitianas não se percebem como pessoas em risco ou vulnerabilidade social, porque ainda assim, estão em um país onde os maridos têm emprego, os filhos frequentam escola gratuita e conseguem atendimento médico e odontológico gratuitos pelo Estado.

A grande maioria das mulheres dos dois cursos, mais de 90 %, relataram que gostariam de continuar seus estudos no IFSC, sugere-se que os próximos programas tenham mais carga horária e desenvolvam atividades que contribuam mais diretamente para a aquisição de renda familiar. Como cursos que atendam as oportunidades de trabalho disponíveis, como panificação, costura, agroindústria e alimentos, atendimento lojista e empreendedorismo.

O programa não teve evasão e a avaliação das alunas foi bastante positiva, desta forma, considera-se que ele contribuiu significativamente para a construção da cidadania, o empoderamento feminino, a elevação da autoestima e da ressignificação e inserção social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

AYRES, J.R; et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempo de AIDS In: PARKER, R. et al. **Sexualidade pelo avesso: Direitos, Identidades e Poder**. São Paulo: Editora 34, 1999.

BARROSO, Carmen. Millennium development goals, education and gender equality. Caderno de Pesquisas, São Paulo, v. 34, n. 123, Sect. Dec.2004

BRASIL. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil> . Acesso em 03 jun. 2019.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M., Rua, M. G.; ANDRADE, E. R. **Cultivando vida, desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogs, BID, 2001.

CEDCA. **Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina** Volume 03: Direito à Liberdade ao Respeito e à Dignidade 1ª Edição, Florianópolis, SC – Núcleo Criativo Painel – 2018.

CARVALHO, Terezinha Brumatti. **O Trabalho Informal E Precarizado Das Mulheres Em Terra Roxa/Pr**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/54.pdf>. Acesso em: 16 de junho 2019.

Diário Catarinense. **Sozinhas – histórias de mulheres que sofrem violência no campo**. <http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2017/07/sozinhas-historias-de-mulheres-que-sofrem-violencia-no-campo-apresenta-relatos-de-solidao-agressoes-e-humilhacao-9829930.html>. Acesso em 03 jun. 2019.

GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Universidade do estado de São Paulo. 1996.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da Autonomia, saberes necessário à prática educativa, Paz e Terra. RJ 57 ed. 2018.

IFSC. **Linha do Tempo**, 2018. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/linha-do-tempo>. Acesso em 03 jun. 2019.

_____. Programa de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015 – 2019. Florianópolis: IFSC, 2017. Disponível em: http://pdi.ifsc.edu.br/files/2017/04/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-PDI-2015-2019_REVISADO.compressed.pdf. Acesso em 02 mar. 2019.

_____. **O Programa Mulheres Sim**. Disponível em: <https://caco.ifsc.edu.br/menu-mulheres-sim-o-programa>. Acesso em 09 maio 2019a.

_____. **Iniciativas sociais**: o IFSC desenvolve ações pautadas em agendas emergenciais para o país. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/iniciativas-sociais> Acesso em 10 maio 2019b.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, 2004.

LISBOA, A. de M. **Os desafios da economia popular solidária**. Florianópolis: 2001. Disponível em Acesso em: 18 dez. 2001.

MICHELS, Juliana Pereira. **O caso do Programa Mulheres Sim do IFSC**. 2018. 125 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5707/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Juliana%20Michels%20-%202031-10.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 10 maio 2019.

PRIORE, Mary Del Org., LOURO, Guacira Lopes. **A história das mulheres no Brasil**, mulheres na sala de aula. ed. Contexto SP p. 443 – 480.

TJ SC. Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/coordenadoria-da-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica-e-familiar-cevid>, Acesso em 16 de junho 2019.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão**: expressões da questão social no Brasil. Ver. Temporalis 3. Brasília: AABEPSS, 2001.

SILVA, C.A. R. da. **A experiência cooperativista (coopermel) no projeto Serra do Mel**. 1993. 47 f. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. 360p.

ZORZI, Analisa. Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf mulher em Ijuí-Rs. 2008.137 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Porto Alegre, 2008.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant’Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à Educação Superior 77, 78, 81

AEE 2, 8, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 93, 94, 95, 99, 100, 138

Artes 18, 28, 41, 54, 142, 143, 177

Aspectos legais 13

Ataxia Espinocerebelar 171, 173, 174, 178

Atendimento Educacional Especializado 2, 4, 5, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 70, 73, 93, 94, 99, 100, 120, 122, 136, 137, 138, 142

Atribuições 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 102

Autismo 12, 18, 28, 154, 155, 156, 158, 160, 161

C

Calorimetria 162, 163, 166, 169

Ciências 53, 66, 113, 126, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 171, 178, 187

Cultura Surda 54, 56, 57, 60, 61, 66, 168

Currículo 6, 8, 9, 16, 27, 34, 54, 71, 101, 111, 119, 120, 126, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 152

Curso 9, 14, 26, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 79, 89, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 149, 152, 154, 171, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187

D

Deficiência auditiva 146, 165, 179

Democratização 4, 15, 77, 78, 79, 81, 169

E

Educação Especial 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 66, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 93, 98, 99, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 152, 158

Ensino a Distância (EAD) 77

Escola 2, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 48, 51, 54, 60, 63, 65, 72, 74, 81, 90, 94, 95, 97, 98, 101, 104, 106, 109, 110, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 147, 153, 157, 159, 160, 162, 163, 171, 174, 175, 176, 177, 192, 193, 196

Estimulação Precoce 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11

F

Formação 7, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 46, 50, 54, 58, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 84, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 102, 109, 110, 111, 115, 119, 128, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 157, 166, 169, 181, 182, 187, 189, 198

Formação docente 17, 25, 30, 38, 93, 100, 102, 137

I

Identidade 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 70, 73, 102, 103, 107, 110, 111, 112, 149, 152

Inclusão educacional 7, 25, 27, 38, 43

Inclusão escolar 10, 11, 12, 38, 89, 91, 97, 98, 99, 136, 137, 141, 147, 152, 174, 176, 177

Inclusão social 40, 69, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 131, 196

J

Jovens 2, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 69, 86, 102, 120, 126

L

Linux 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187

Literatura 43, 54, 59, 60, 61, 64, 66, 89, 91, 92, 93, 172

M

Múltiplas deficiências 89, 90, 95, 96, 97, 100

P

Plano Nacional de Educação (PNE) 1, 2, 3, 85, 137, 142

Políticas Públicas 2, 29, 37, 38, 40, 49, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 85, 86, 87, 94, 97, 108, 115, 120, 123, 127, 132, 133, 134, 136, 138, 141

Processo de Ensino-Aprendizagem 27, 29, 154, 156, 158, 160

Público-alvo da educação especial 25, 28, 33, 34, 36, 137

R

Racismo 101, 102, 103, 105, 108, 109, 110, 111, 112

Reflexões Sociais 67

S

Sistema Operacional 179, 181, 182, 185, 186

Sociedade capitalista 67, 68, 73, 75

Sujeito deficientes 67

Surdos 16, 54, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 66, 70, 134, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 182, 186

T

Tecnologia 21, 22, 30, 41, 42, 43, 67, 71, 77, 78, 87, 93, 95, 96, 98, 100, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181

Tecnologia Assistiva 21, 22, 30, 95, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-725-3



9 788572 477253